

DOSSIÊ TEMÁTICO

TRANSFOBIA, HOMOFOBIA E FEMICÍDIO: POLÍTICAS DE EXTERMÍNIO DE GRUPOS SOCIAIS

Dánie Marcelo de Jesus (UFMT)

Ana Paola de Souza Lima (UFR)

Vicente Tchalian (UFMT)

Ao passo que há uma crescente visibilidade de formas não hegemônicas de pensar e experienciar os corpos humanos, há também crescente disputa no campo dos discursos sendo travada na contemporaneidade. No caso do Brasil exemplos dessa disputa de sentidos não nos faltam: somos o país que mais procura pornografia com pessoas trans ao mesmo tempo em que somos o país número um em crimes de transfobia e assassinatos das populações trans. Nos últimos anos, ativistas (es) e pesquisadores (as) preocupados (as/es) com as questões de gênero vêm denunciando o aumento de assassinatos de grupos mais marginalizados, particularmente os grupos LGBTQUIA+ e mulheres cisgêneras de periferia (WAISELFISZ, 2015; NOGUEIRA, BENEVIDES, 2019). Segundo levantamento realizado pelo site Gênero e Número houve um aumento de 800% nos crimes de transfobia entre 2014 e 2017, sendo ainda que no ano de 2019 ocorreram 163 assassinatos de pessoas trans no país e em 2019 mais 124 pessoas tiveram suas vidas ceifadas por crime de ódio de caráter transfóbico, segundo dossiê realizado pela Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). Grave também é o índice de feminicídio no país, que nos coloca como o quinto que mais mata mulheres no mundo.

Tais pesquisas ajudam a interrogar a escassez de dados estatais acerca desta população, que acaba por produzir como efeito uma política de extermínio dessas pessoas. Este efeito necropolítico, bem como os meios pelo qual os processos de precarização de vidas consistem no interesse do dossiê que propomos em resposta ao contexto descrito. Sendo assim, o objetivo deste dossiê é reunir trabalhos que procurem entender essa política de extermínio relacionadas à luz de diferentes vertentes epistemológicas, bem como suscitar um ambiente de debate de ações afirmativas que possam contribuir para a criação de políticas públicas rumo à melhores condições de vida para os(as) integrantes de tais grupos marginalizados. Elegemos assim três eixos temáticos para orientar as produções, sendo eles as questões de gênero relacionadas à *homofobia*, *transfobia* e *femicídio*, compreendendo ainda as interseccionalidades que compõem cada contexto – etnia, classe social, localização geográfica e geopolítica, entre outras. Sendo assim, nosso objetivo é ampliar a discussão na área de estudos de gênero, fomentando debates que possam alargar nossa compreensão sobre esse tema e seus efeitos discursivos, sociais, políticos e culturais.

O primeiro artigo que abre este dossiê intitulado “Educação revolucionária: O uso da educação humanística e interseccional como forma de combate às violências”, das autoras Daiane de Oliveira e Jucinara dos Reis, reflete sobre processos de opressão que corpos negros, femininos e não-heterossexuais vem sofrendo em um contexto social baseado na figura discursiva do homem branco heterossexual, tendo como mote a questão educacional e a possibilidade de criação de bases não-violentas de ensino.

No segundo artigo, “*O eu e o outro e o que conta como humano: o desejo pelo reconhecimento e pela eliminação das diferenças*”, Cleverson Domingos problematiza questões acerca dos conceitos de identidade e diferença e focam as violências que se dão, quando neste processo há produções de desejo de eliminação das diferenças; discutindo em seguida as noções de estigma e anormalidade e abjeção e por fim aproxima a discussão a ideia de necropolítica e de políticas de aniquilação.

No terceiro texto, “*É crime sim!': uma netnografia sobre a criminalização da LGBTQIA+fobia no Brasil*”, Anderson Pires, Selene Mazza e Jacia Pires analisam o comportamento de pessoas na internet em relação às violências contra a população

LGBTQIA+, em especial sobre a criminalização da LGBTQIA+fobia, por meio do vídeo *É crime sim!* do canal do YouTube *Quebrando o Tabu*.

Na sequência, o quarto artigo *“Breves discussões sobre a violência contra a mulher na sociedade contemporânea por uma perspectiva sócio histórica”*, Mirian Ávila, Ana Brito, Robson Silva, Adathiane Andrade e Heleno Nunes, discorrem sobre a violência contra a mulher. Em seu texto, as autoras nos chamam atenção para a necessidade de compreender o machismo no cotidiano e os efeitos da luta do movimento feminista na sociedade nos últimos cem anos.

O quinto texto, *“Antropofagia virtual: processos de midiatização e práticas de insurgência corpo-identitárias no Brasil”*, de Mariah Rafaela Cordeiro Gonzaga da Silva, propõe uma discussão sobre alguns processos de midiatização que perpassam perspectivas identitárias e questionam o modelo hegemônico de representação do corpo e do gênero construído no interior das políticas de cisgeneridade.

O sexto artigo, *“Arquitetura silenciosa da violência: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam violências”*, com o foco nas questões educacionais, Joselia Lima, Franciele Souza, Késia Nascimento e Tairine Oliveira, refletem acerca das construções curriculares de Psicologia Social e Políticas Educacionais da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha – Campus Mucuri (UFVJM) utilizando como base três trabalhos de acadêmicas com foco em suas experiências e trajetórias relacionadas à questão da violência de gênero.

No terceiro artigo, *“Direito Universal ao Nome (manifesto pela vida II)”*, Mariah Rafaela Cordeiro Gonzaga da Silva faz uma reflexão-manifesto objetivando pensar o “conceito” de nome com base na racionalidade da negligência às existências, corpos, subjetividades e identidades trans no cerne dos tratados globais em Direitos Humanos. A aposta da autora é de trazer uma reflexão-vida em torno do direito universal ao nome, não como uma utopia, mas como um dispositivo de cobrança aos mais variados organismos internacionais, especialmente a ONU, para que os temas das transexualidades sejam abordados a partir de perspectivas amplas de gênero que tomem o nome, e a produção de direito, em sua agência personalíssima.

Desejamos a todes, todas e todos uma ótima leitura!

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Mirian Patricia Lima Gonçalo et. al. Breves discussões sobre a violência contra a mulher na sociedade contemporânea por uma perspectiva sócio histórica. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Vol. 03, N. 12, Out.-Dez., 2020. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>>. Acesso em: 05/04/2021.

DOMINGOS, Cleverson de Oliveira. O eu e o outro e o que conta como humano: O desejo pelo reconhecimento e pela eliminação das diferenças. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Vol. 03, N. 12, Out.-Dez., 2020. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>>. Acesso em: 05/04/2021.

LIMA, Joselia Barroso Queiroz et al. Arquitetura silenciosa da violência: reflexões sobre os processos de naturalização que retroalimentam violências. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Vol. 03, N. 12, Out.-Dez., 2020. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>>. Acesso em: 05/04/2021.

OLIVEIRA, Daiane de Jesus; REIS, Jucinara Conceição dos. Educação revolucionária: O uso da educação humanística e interseccional como forma de combate às violências. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Vol. 03, N. 12, Out.-Dez., 2020. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>>. Acesso em: 05/04/2021.

PIRES, Anderson Moreaes; MAZZA, Selene Regina; PIRES, Jacia Hellen Sobreira. “É crime sim!”: uma netnografia sobre a criminalização da LGBTQIA+fobia no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Vol. 03, N. 12, Out.-Dez., 2020. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>>. Acesso em: 05/04/2021.

SILVA, Mariah Rafaela. Antropofagia Virtual: Processos de mídiatização e práticas de insurgência corpo-identitárias no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Vol. 03, N. 12, Out.-Dez., 2020. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>>. Acesso em: 05/04/2021.

SILVA, Mariah Rafaela. DIREITO UNIVERSAL AO NOME (manifesto pela vida II). **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Vol. 03, N. 12, Out.-Dez., 2020. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>>. Acesso em: 05/04/2021.